Regulamento Interno da Direção da
Associação Académica do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave

Aprovado em 22 de abril de 2021 pela Assembleia Geral de Alunos da
Associação Académica do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave

Regulamento Interno da Direção da AAIPCA

Aprovado 22 de abril de 2021

CAPÍTULO I

Estrutura da Direção

ARTIGO 1.º

Natureza

A Direção é o órgão colegial de administração da AAIPCA.

ARTIGO 2.º

Composição da Direção

A Direção é composta por um número ímpar de titulares eleitos, com um número mínimo de cinco, entre os quais um presidente, vice-presidente, um tesoureiro, secretário e um vogal.

ARTIGO 3.º

Competências

Compete à Direção:

- a) Representar ou fazer representar a AAIPCA;
- b) Elaborar anualmente o plano de atividades, e submeter a parecer do Conselho Fiscal;
- c) Elaborar o orçamento e o relatório de atividades e contas, e submeter a parecer do Conselho Fiscal;
- d) Elaborar anualmente, e submeter a parecer do Conselho Fiscal, os documentos de prestação de contas;
- e) Solicitar, sempre que relevante, a convocação de reuniões extraordinárias da Assembleia Geral;
- f) Exercer todas as demais competências executivas;
- g) Cumprir e zelar pelo cumprimento dos presentes estatutos, das demais normas internas e das deliberações dos órgãos da AAIPCA.

CAPÍTULO II

Deveres Gerais da Direção da AAIPCA

ARTIGO 4.º

Dever de Lealdade e Solidariedade

Todos os membros da Direção estão vinculados ao dever de lealdade e solidariedade perante o Presidente e às suas decisões, dos restantes membros da Direção, bem como as decisões tomadas em reunião de Direção.

ARTIGO 5.º

Dever de Sigilo

Todos os membros da Direção, assim como outros participantes convidados, estão vinculados ao dever de sigilo no que concerne ao processo de formação das decisões, bem como no que toca às decisões tomadas em reunião de Direção até à publicação da ata.

CAPÍTULO III

Competência dos membros da Direção

ARTIGO 6.º

Competência do Presidente

1. O presidente dirige e representa a AAIPCA, cabendo-lhe, designadamente:

- a) Propor a Direção a aquisição ou alienação de património da Associação, e de operações de crédito;
- b) Autorizar e realizar despesas até ao máximo de 20% do orçamento anual da Direção;
- c) Orientar e superintender na gestão administrativa e financeira da Associação, assegurando a eficiência no emprego dos seus meios e recursos;
- d) Assegurar o cumprimento das deliberações tomadas pelos órgãos colegiais da AAIPCA;
- e) Velar pela observância das leis, dos estatutos e dos regulamentos;
- f) Propor as iniciativas que considere necessárias ao bom funcionamento da instituição;
- g) Desempenhar as demais funções previstas na lei e nos estatutos;
- h) Representar a Associação, em juízo ou fora dele.

2. O Presidente pode, nos termos dos estatutos, delegar no Vice-Presidente, competências que se revelem necessárias a uma gestão mais eficiente.

ARTIGO 7.º

Competência do Tesoureiro

Compete ao Tesoureiro:

- a) Coadjuvar o Presidente no exercício das suas funções, na área financeira;
- b) Elaborar uma proposta de Orçamento Anual para posterior discussão e votação pela direção e posterior submissão ao Conselho Fiscal e à Assembleia Geral;
- c) Elaborar uma proposta de Relatório de Contas para posterior discussão e votação pela direção e posterior submissão ao Conselho Fiscal e à Assembleia Geral;
- d) Elaborar, trimestralmente, um relatório da situação financeira da AAIPCA.
- e) Apurar e elaborar uma proposta de documentos de prestações de contas para posterior discussão e votação pela direção.

ARTIGO 8.º

Competência da Secretária-Geral

Compete à Secretária:

- a) Lavrar, guardar e fazer assinar as atas das reuniões de Direção pelos seus membros;
- b) Guardar os arquivos e correspondência, bem como assegurar o expediente da Direção;
- c) Proceder ao inventário dos bens e equipamentos da AAIPCA mantendo-o em dia;
- d) Garantir a eficácia da comunicação interna da AAIPCA;

Regulamento Interno da Direção da AAIPCA

Aprovado 22 de abril de 2021

- e) Manter atualizado o calendário da AAIPCA, discriminando de forma mensal as várias atividades dos membros da Direção;
- f) Acompanhar, auxiliar e organizar as atividades dos membros da Direção e comunicando-o ao Presidente;

ARTIGO 9.º

Competência do Vice-Presidente

Compete ao Vice-Presidente:

- a) Substituir e coadjuvar o Presidente, que nele pode delegar poderes que lhe competem;
- b) Coordenar a elaboração dos iniciativas e projetos, sob direta responsabilização perante o Presidente.

ARTIGO 10.º

Competência dos Vogais

Compete aos Vogais:

- a) Coadjuvar o Presidente e os restantes membros da Direção na execução do plano de atividades;
- b) Executar iniciativas/projetos;
- c) Informar a Direção sempre que por esta lhe seja solicitado, acerca das atividades desenvolvidas.

ARTIGO 11.º

Vinculação da AAIPCA e Contas Bancárias

1. A AAIPCA obriga-se financeiramente com a assinatura conjunta de dois membros da Direção.
2. Apenas o tesoureiro da Direção pode delegar as competências, expressas no número anterior, a um membro da direção, aprovado em reunião de órgão.

ARTIGO 12.º

Destituição, Demissão e Perda de Mandato

1. Os membros da Direção podem demitir-se, produzindo efeitos imediatos, mediante declaração escrita entregue ao presidente da Mesa da Assembleia Geral.
2. Os titulares dos órgãos perdem automaticamente o seu mandato em caso de:
  - a) Verificação de situação de incompatibilidade;
  - b) Cessação do mandato da maioria dos membros do mesmo direção;
  - c) Faltas injustificadas a três reuniões seguidas ou quatro intercaladas do órgão a que pertença.

Regulamento Interno da Direção da AAIPCA

Aprovado 22 de abril de 2021

ARTIGO 13.º

Substituição dos Membros da Direção

1. Em caso de cessação antecipada do mandato de um membro da direção:

- a) O Presidente deverá nomear quem assumirá as suas funções, até substituição efetiva;
- b) A Direção deverá designar um novo titular para preenchimento da vaga existente, sendo essa decisão retificada na Assembleia Geral seguinte;
- c) O mandato do titular designado para preencher essa vaga cessa conjuntamente com os demais titulares dos órgãos.

2. Em caso de cessação definitiva de funções do Presidente da Direção, deverá haver reunião de direção no prazo máximo de cinco dias, convocada pelo vice-presidente mais velho, para que se designe um novo titular para preenchimento da vaga existente, sendo essa decisão retificada na Assembleia Geral seguinte.

ARTIGO 14.º

Conflitos de Competência

Os conflitos de competências, positivos ou negativos, serão resolvidos pelo Presidente.

CAPÍTULO IV

Reuniões de Direção

ARTIGO 15.º

Composição

1. A reunião de Direção é constituída pelo Presidente, pelos Vice-Presidentes, pela Tesoureira, pela Secretária-Geral e pelos Vogais e colaboradores da mesma.
2. O Presidente poderá convocar outras pessoas para assistirem às reuniões e participarem nos trabalhos, ainda que sem direito de voto.

ARTIGO 16.º

Convocação das Reuniões de Direção

1. A Direção reúne ordinariamente semanalmente, com local, data, hora e Ordem de Trabalhos definidas pelo Presidente, convocada com três dias de antecedência.
2. As reuniões de Direção extraordinárias são convocadas pelo Presidente, por iniciativa deste, a pedido da maioria dos membros da Direção ou, sobre matérias da respetiva competência, a pedido do Conselho Fiscal, com o mínimo de dois dias de antecedência.

ARTIGO 17.º

Quórum

1. A Direção pode reunir em primeira convocação caso estejam presentes mais de metade dos seus membros.
2. Quando não se verifique a existência do quórum previsto no número anterior, a Direção está automaticamente convocada em segunda convocação para trinta minutos depois da primeira convocação, no mesmo dia e local, podendo deliberar com os membros presentes.

ARTIGO 18.º

Votação

1. As deliberações são antecedidas de discussão das respetivas propostas sempre que qualquer membro da Direção mostre interesse e são tomadas por votação nominal, devendo votar primeiramente os vogais e, por fim, o presidente
2. Cada membro da direção dispõe de um voto;
3. Não há direito a abstenções;
4. Salvo disposto em contrário na legislação vigente, as deliberações são tomadas por maioria simples;

Regulamento Interno da Direção da AAIPCA

Aprovado 22 de abril de 2021

5. Em caso de empate nas votações, o Presidente tem voto de qualidade;
6. As deliberações para designação dos titulares de órgãos ou que envolvam a apreciação de comportamentos ou qualidades de qualquer pessoa são tomadas por votação secreta.

ARTIGO 19.º

Ata da Reunião

1. De cada reunião é lavrada ata, que contém um resumo de tudo o que nela tenha ocorrido e seja relevante para o conhecimento e a apreciação da legalidade das deliberações tomadas, designadamente a data e o local da reunião, a ordem do dia, os membros presentes, os assuntos apreciados, as deliberações tomadas, a forma e o resultado das respetivas votações e as decisões do presidente.
2. As atas são lavradas pelo secretário e submetidas à aprovação dos membros no final da respetiva reunião ou no início da reunião seguinte, sendo assinadas, após a aprovação, pelo presidente e pelo secretário.
3. Não participam na aprovação da ata os membros que não tenham estado presentes na reunião a que ela respeita.
4. Nos casos em que o órgão assim o delibere, a ata é aprovada, logo na reunião a que diga respeito, em minuta sintética, devendo ser depois transcrita com maior concretização e novamente submetida a aprovação.
5. O conjunto das atas é paginado de modo a facilitar a sucessiva inclusão das novas atas e a impedir o seu extravio.

ARTIGO 20.º

Funcionamento das Reuniões de Direção

1. Compete à Secretária anotar a ordem de intervenções durante a reunião de Direção.
2. Compete ao Presidente, após indicação da Secretária, conceder a palavra ao membro da Direção pela ordem de inscrição.
3. Compete ao Presidente a manutenção da ordem durante a reunião, podendo interromper a todo o tempo a palavra de qualquer participante.

ARTIGO 21.º

Responsabilidade

1. Cada membro da Direção é responsável pessoal e solidariamente, com os restantes membros, pelas medidas tomadas e atos praticados pela Direção.
2. No caso de o discordante ter estado ausente, deve exarar os motivos da sua discordância na ata da primeira reunião posterior a que esteja presente.

ARTIGO 22.º

Deliberações com dispensa de Reunião de Direção

A Direção pode ainda deliberar sem se reunir, se a deliberação for assinada por mais de metade dos seus titulares.

CAPÍTULO V

Imagem da AAIPCA

ARTIGO 23.º

Manual de Normas Gráficas da AAIPCA

São aplicadas as regras presentes no Manual de Normas Gráficas da AAIPCA, anexo a este Regulamento.

CAPÍTULO VI

Instalações e Equipamentos

ARTIGO 24.º

Instalações, Equipamentos e Recursos Informáticos da AAIPCA

1. As instalações, equipamentos e demais materiais da AAIPCA são de utilização exclusiva dos membros da Órgãos Sociais e pessoas autorizadas.
2. A entrada a pessoas estranhas aos Órgãos Sociais da AAIPCA, dentro das instalações da AAIPCA, está sujeita a aprovação por parte do Presidente da Direção;

ARTIGO 26.º

Requisições de Equipamentos da AAIPCA

1. Todos os equipamentos da AAIPCA devem constar de um inventário realizado pela Secretária-Geral, que deverá ser atualizado ao longo do mandato.
2. Os equipamentos inventariados que não sejam os de uso normal, quando necessários aos membros da Direção, devem ser requisitados à Secretaria.
3. A utilização dos equipamentos deverá ficar sob a responsabilidade de um membro da Direção.

CAPÍTULO VII

Disposições Finais

ARTIGO 27.º

Alteração do Regulamento

O presente regulamento só poderá ser revistos em Reunião de Direção Ordinária, com um ponto específico na Ordem de Trabalhos, e com os votos favoráveis de dois terços dos presentes. Após este processo será levado a aprovação à Assembleia Geral.

ARTIGO 28.º

Entrada em Vigor

O presente regulamento entra imediatamente em vigor depois de devidamente aprovados em Assembleia Geral.